



BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro
de 2023 e 2022 e Relatório do Auditor Independente

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Parceiros e Colaboradores:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. (“Companhia” ou “Bem Promotora”) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Foco de Atuação

A Companhia atua na prestação de serviços de gestão e originação de créditos de terceiros, tendo como foco a recepção, análise, processamento e encaminhamento de propostas de crédito, serviços de coleta de informações cadastrais e de documentos, retenção de clientes e gestão de operações de crédito, na forma da Resolução nº 4.935 emitida pelo Banco Central do Brasil em 29 de julho de 2021.

Em 2023 a Companhia manteve seu foco na prestação de serviços voltados à intermediação e gestão de carteira de empréstimos consignados, mediante o substabelecimento de correspondentes no País e através da sua estrutura de lojas físicas. No acumulado dos 12 meses foram 1,1 milhões de propostas de crédito processadas, no montante de R\$ 9,58 bilhões. Deste total, foram efetivados 505 mil contratos, alcançando o patamar de R\$ 4,27 bilhões de financiamento de operações de crédito consignado.

Além do foco no crédito consignado, a Companhia iniciou a prestação de serviços na área de tecnologia e ainda manteve atuação no mercado de corretagem de seguros através da subsidiária Bem Corretora de Seguros S.A..

Destaques do Ano

Em 2023 a Administração focou os esforços na execução das ações do planejamento estratégico que tem como pilares principais a qualificação das pessoas e a inovação em processos e tecnologia. Os investimentos em tecnologia envolvendo infraestrutura, desenvolvimento e manutenção de sistemas atingiram o montante de R\$ 13,03 milhões (R\$ 12,31 milhões em 2022). Os investimentos na qualificação dos colaboradores e em ações de *endomarketing* chegaram ao patamar de R\$ 1.961 mil (R\$ 1.442 mil em 2022). Ao total, em 2023, foram 2.120 treinamentos realizados, montando um total aproximado de 5.700 horas de treinamento.

Em parceria com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (“Banrisul”) a Companhia manteve as operações de crédito consignado em 6 convênios, bem como as operações de antecipação do saque aniversário do FGTS. No exercício, 100% das operações de crédito consignado foram contratadas através do BemSign, solução para contratação digital com assinatura eletrônica e orquestração de serviços antifraude desenvolvida pela Bem Promotora.



A eficiência já comprovada na contratação das operações de crédito consignado tornou a plataforma BemSign mais um produto disponibilizado pela Bem Promotora. Em 2023, além do uso na formalização de operações de crédito consignado, a disponibilização da plataforma para outras linhas de serviço gerou para a Companhia uma receita de R\$ 1,2 milhões, o que deve ser ampliado para os próximos anos.

A Companhia ainda manteve a parceria com Seguradoras através da subsidiária Bem Corretora de Seguros, disponibilizando aos seus clientes produtos na linha de seguros de vida e acidentes pessoais.

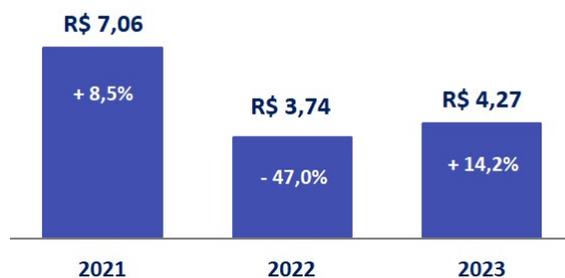
Em 2023 a Bem Promotora novamente participou da pesquisa *Great Place to Work*. A pesquisa aplicada pelo instituto contou com a participação de 96% dos colaboradores, cujo nível de satisfação registrado foi de 89% (mesmo nível registrado em 2022), o que permitiu que a Bem Promotora fosse premiada entre as melhores empresas de médio porte para trabalhar no Rio Grande do Sul, atingindo o *ranking* de 17º lugar (21º em 2022), e no Rio de Janeiro, no *ranking* de 18º lugar (30º em 2022). A Bem Promotora mais uma vez também entrou no *ranking* de melhores empresas para se trabalhar na categoria Mulher, cuja classificação ainda não foi divulgada. Em 2022, a Companhia atingiu a 12ª posição nesta categoria.

Ainda em 2023, a Bem Promotora produziu a quinta edição da “Revista 20/30 | Tendências para a Década”. A publicação deu ênfase ao avanço acelerado da Inteligência Artificial dentre outras pautas relevantes para o atual momento do mercado.

Desempenho nos Negócios

Em 2023, a originação de operações de crédito consignado apresentou crescimento em relação ao ano anterior, tendo como foco o refinanciamento da carteira.

Produção de Crédito Consignado - em bilhões



A receita operacional bruta da prestação de serviços superou a marca dos R\$ 182,2 milhões. Os custos e despesas operacionais do exercício montaram R\$ 112,9 milhões, representando 62% da receita operacional bruta.

Receita Operacional Bruta x Custos e Despesas Operacionais - em milhões



O lucro líquido apresentado pela Companhia foi de R\$ 34,2 milhões, sendo este o maior resultado já apresentado na série histórica. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 66,5 milhões (R\$ 62,1 milhões em 2022).

Resultado do Exercício - em milhões



Estrutura Operacional

Com sede em Porto Alegre/RS, a Companhia possui atualmente 29 lojas físicas, sendo 11 lojas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro, 442 correspondentes substabelecidos ativos e 395 colaboradores.

Em 2023, a Administração manteve os investimentos direcionados para a infraestrutura e o desenvolvimento de novas tecnologias, e considera que a estrutura operacional instalada permite a continuidade e o crescimento dos negócios da Companhia a curto e médio prazo.

Governança Corporativa

A Companhia possui uma área específica para tratar dos processos de Governança Corporativa, aprimorando assim os processos decisórios da Administração.

A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva. O Conselho Fiscal é composto por três membros eleitos pela Assembleia



Geral, é de funcionamento permanente e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em Lei.

Relacionamento com os Auditores Independentes

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes, se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses de seus clientes.

A Deloitte é a empresa contratada para os serviços de auditoria externa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, prestando exclusivamente os serviços para os quais foram contratados, não realizando, portanto, quaisquer outros serviços que eventualmente podem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação ao seu trabalho.

Agradecimento

Para finalizar, agradecemos a confiança de nossos Acionistas, Parceiros e Colaboradores, reiterando o nosso compromisso permanente de promover uma administração voltada para um crescimento empresarial sólido e sustentável.

Porto Alegre, 01 de março de 2024.

A Administração.



Conteúdo

Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	38



Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022		
Ativo						Passivo					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		2.551	939	2.698	1.023	Obrigações com fornecedores	16.2	4.270	4.175	4.273	4.181
Aplicações financeiras	4	46.513	45.421	47.663	46.569	Obrigações fiscais e previdenciárias	9	4.275	4.297	4.301	4.332
Contas a receber		5	12	21	53	Obrigações trabalhistas		7.035	6.689	7.058	6.716
Impostos a compensar	5	2.112	1.719	2.139	1.748	Obrigações com partes relacionadas		55	62	50	62
Valores a receber correspondentes	6 a	922	1.440	922	1.440	Provisão para indenizações contratuais	15.2	12.217	12.793	12.217	12.793
Valores a receber de partes relacionadas		123	143	62	59	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	11	2.617	2.838	2.617	2.838
Outros créditos diversos		307	340	307	341	Provisões para riscos trabalhistas decorrentes de processo arbitral	11	3.412	4.399	3.412	4.399
Valores a receber decorrentes de processo arbitral	6 b	3.412	4.399	3.412	4.399	Passivo e encargos de arrendamento	16.2	1.040	1.725	1.040	1.725
Depósitos em garantia		41	55	41	55						
Depósitos judiciais trabalhistas	11	2.845	3.003	2.845	3.003						
Despesas antecipadas		3.175	3.102	3.192	3.116						
Total do ativo circulante		62.006	60.573	63.302	61.806	Total do passivo circulante		34.921	36.978	34.968	37.046
Não circulante						Não circulante					
Ativo fiscal diferido	10.1	17.958	14.623	17.958	14.623	Passivo e encargos de arrendamento	16.2	633	1.202	633	1.202
Depósitos em garantia		29	49	29	49	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	11	4.045	3.427	4.045	3.427
Depósitos judiciais trabalhistas	11	1.588	2.088	1.588	2.088	Provisões para riscos trabalhistas decorrentes de processo arbitral	11	3.153	4.317	3.153	4.317
Valores a receber decorrentes de processo arbitral	6 b	4.890	6.780	4.890	6.780	Total do passivo não circulante		7.831	8.946	7.831	8.946
Despesas antecipadas		93	85	93	85	Total do passivo		42.752	45.924	42.799	45.992
Investimentos	7	1.249	1.166	-	-	Patrimônio líquido	12				
Imobilizado	8	6.927	8.020	6.927	8.021	Capital social		26.097	26.097	26.097	26.097
Intangível	8	12.960	11.855	12.960	11.855	Reserva legal		5.219	5.219	5.219	5.219
Direitos de uso		1.581	2.768	1.581	2.768	Reserva para investimentos		10.156	8.921	10.156	8.921
Total do ativo não circulante		47.275	47.434	46.026	46.269	Reserva para contingências		4.852	-	4.852	-
						Lucros à disposição da Assembleia Geral		20.205	21.846	20.205	21.846
Total do ativo		109.281	108.007	109.328	108.075	Total do patrimônio líquido		66.529	62.083	66.529	62.083
						Total do passivo e do patrimônio líquido		109.281	108.007	109.328	108.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	13	156.277	151.655	157.035	152.266
Custo dos serviços prestados	14	(38.290)	(38.194)	(38.299)	(38.220)
Lucro bruto		117.987	113.461	118.736	114.046
(Despesas) Receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	14	(55.834)	(51.181)	(56.357)	(51.667)
Impairment de ativos financeiros	14	(7.972)	(7.080)	(7.972)	(7.080)
Resultado de participação em controladas	7	258	160	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	14	(10.785)	(16.060)	(10.786)	(16.060)
		(74.333)	(74.161)	(75.115)	(74.807)
Lucro antes do resultado financeiro		43.654	39.300	43.621	39.239
Receitas financeiras		7.076	5.625	7.225	5.789
Despesas financeiras		(210)	(336)	(211)	(336)
Resultado financeiro		6.866	5.289	7.014	5.453
Resultado operacional antes dos impostos		50.520	44.589	50.635	44.692
Provisão para imposto de renda e contribuição social	10.3	(16.286)	(14.028)	(16.401)	(14.131)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(19.621)	(17.842)	(19.736)	(17.945)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.335	3.814	3.335	3.814
Lucro líquido do exercício		34.234	30.561	34.234	30.561
Quantidade de ações (em lote de mil)		2.246	2.246	2.246	2.246
Lucro líquido por ação (em R\$)		15,24	13,61	15,24	13,61

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	34.234	30.561	34.234	30.561
Resultado abrangente total atribuível aos acionistas controladores	34.234	30.561	34.234	30.561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucros					Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido - Controladora e Consolidado
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Investimentos	Reserva para Contingências	Lucros à Disposição da Assembleia Geral		
Saldos em 01 de janeiro de 2022	<u>26.097</u>	<u>5.094</u>	<u>2.753</u>	<u>-</u>	<u>12.336</u>	<u>-</u>	<u>46.280</u>
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	-	(6.168)	-	(6.168)
Constituição reserva de lucros	-	-	6.168	-	(6.168)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	30.561	30.561
Destinação do resultado do exercício							
Reserva Legal	-	125	-	-	-	(125)	-
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	-	(8.590)	(8.590)
Resultado à disposição da Assembleia Geral	-	-	-	-	21.846	(21.846)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>26.097</u>	<u>5.219</u>	<u>8.921</u>	<u>-</u>	<u>21.846</u>	<u>-</u>	<u>62.083</u>
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores (Nota Explicativa nº 12.2)	-	-	-	-	(15.759)	-	(15.759)
Constituição de reserva para investimentos (Nota Explicativa nº 12.2)	-	-	1.235	-	(1.235)	-	-
Constituição de reserva para contingências (Nota Explicativa nº 12.2)	-	-	-	4.852	(4.852)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	34.234	34.234
Destinação do resultado do exercício							
Dividendos intermediários pagos (Nota Explicativa nº 12.2)	-	-	-	-	-	(14.029)	(14.029)
Resultado à disposição da Assembleia Geral	-	-	-	-	20.205	(20.205)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>26.097</u>	<u>5.219</u>	<u>10.156</u>	<u>4.852</u>	<u>20.205</u>	<u>-</u>	<u>66.529</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações dos Fluxos de Caixa (método indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Atividades operacionais				
Resultado operacional antes dos impostos	50.520	44.589	50.635	44.692
Ajustes ao resultado operacional antes dos impostos	24.710	29.878	24.969	30.039
Depreciação e amortização	9.320	9.725	9.321	9.726
Resultado da participação em sociedade controlada	(258)	(160)	-	-
Provisão <i>Impairment</i> de ativos financeiros	7.972	7.080	7.972	7.080
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	1.233	175	1.233	175
Provisão para indenizações contratuais	6.322	12.848	6.322	12.848
Perda com baixa de bens do imobilizado e intangível	118	198	118	198
Ganho de capital em imobilizado e intangível	(5)	(5)	(5)	(5)
Outras despesas operacionais	8	17	8	17
Variações nos ativos e passivos	(34.448)	(48.375)	(34.607)	(47.810)
Aumento em aplicações financeiras	(1.077)	(14.383)	(1.079)	(13.751)
Redução/(Aumento) em contas a receber	4	(7)	30	28
Aumento em impostos a compensar	(4.347)	(23)	(4.345)	(35)
Redução em depósitos em garantia	692	1.300	692	1.300
Aumento em valores a receber correspondentes e outros créditos	(4.541)	(8.219)	(4.551)	(8.219)
Aumento em despesas antecipadas	(81)	(834)	(84)	(842)
Aumento em obrigações com fornecedores (Redução)/Aumento em obrigações fiscais e previdenciárias	(859)	932	(916)	883
Redução em obrigações trabalhistas	(1.805)	(843)	(1.810)	(837)
Aumento/(Redução) em obrigações partes relacionadas	39	(2.081)	(2)	(2.049)
Pagamento indenizações contratuais	(6.898)	(10.069)	(6.898)	(10.069)
Imposto de renda e contribuição social correntes pagos	(15.668)	(15.000)	(15.734)	(15.073)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	40.782	26.092	40.997	26.921
Atividades de investimento				
Dividendos recebidos de sociedade controlada	152	831	-	-
Aquisição de imobilizado	(1.151)	(2.694)	(1.151)	(2.694)
Aquisição de intangível	(6.588)	(8.082)	(6.588)	(8.082)
Venda de imobilizado e intangível	5	5	5	5
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(7.582)	(9.940)	(7.734)	(10.771)
Atividades de financiamento				
Arrendamento de direitos de uso - pagamentos	(1.800)	(1.846)	(1.800)	(1.846)
Dividendos pagos	(29.788)	(14.758)	(29.788)	(14.758)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(31.588)	(16.604)	(31.588)	(16.604)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.612	(452)	1.675	(454)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	939	1.391	1.023	1.477
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.551	939	2.698	1.023
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.612	(452)	1.675	(454)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. (“Companhia”) atua na prestação de serviços de gestão e originação de créditos de terceiros, tendo como foco a recepção, análise, processamento e encaminhamento de propostas de crédito, serviços de coleta de informações cadastrais e de documentos, retenção de clientes e gestão de operações de crédito, na forma da Resolução nº 4.935, emitida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) em 29 de julho de 2021. A Companhia é controlada pelos acionistas AMCM Participações Ltda. e RSR Participações Societárias Ltda.

Em 2023, a Companhia manteve seu foco na prestação de serviços voltados à intermediação, processamento e gestão de carteira de empréstimos consignados ao seu acionista Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul”), mediante o substabelecimento de correspondentes no país e através da estrutura física e operacional da sua rede de lojas próprias. Além do foco no crédito consignado, a Companhia iniciou a prestação de serviços na área de tecnologia e ainda manteve atuação no mercado de corretagem de seguros através da subsidiária Bem Corretora de Seguros S.A.

2 Apresentação das demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 01 de março de 2024.

As práticas contábeis adotadas pela Companhia no ano de 2023, estão consistentes com as práticas contábeis adotadas no ano de 2022.

2.2 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) que são aderentes e aplicáveis ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

(a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

(I) Alterações à IAS 1 (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes.



- (II) Alterações ao IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Passivos de arrendamento mercantil em uma venda e arrendamento mercantil de retorno.
- (III) IAS 7/ CPC 3 (R2): Demonstração dos Fluxos de Caixa – Divulgação das Operações de Risco Sacado, Desconto de títulos, *Reverse Factoring*, *Confirming* e/ ou assemelhadas, que envolvam as Companhias e seus fornecedores.

Não houve a emissão de novas normas ou revisão daquelas já existentes, que produzissem efeitos aplicáveis em 2023. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização dos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.2.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio de diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperabilidade nas operações, realizações de créditos tributários, assim como a análise de riscos para determinação de provisões para perdas de crédito esperadas e passivos contingentes.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

2.6 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 5 – Provisão para não realização de incentivos fiscais: provisão constituída aguardando a decisão por parte do MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação), referente aos projetos elegíveis para o aproveitamento do benefício da Lei do Bem (Lei nº 11.196/05);
- Nota Explicativa nº 6 - Reconhecimento e mensuração de provisões para perdas de crédito esperadas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das perdas estimadas;
- Nota Explicativa nº 8 – Imobilizado e Intangível: vida útil estimada dos ativos imobilizados e intangíveis;



- Nota Explicativa nº 10 - Estimativa de realização do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social: disponibilidade de lucro tributável futuro em montante suficiente para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas;
- Nota Explicativa nº 11 - Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota Explicativa nº 15.2 - Provisão para indenizações contratuais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das perdas estimadas.

2.7 Demonstrações financeiras consolidadas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir.

De acordo com o que orienta o CPC 36 (R3), as demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas de forma consolidada com as demonstrações financeiras da sua subsidiária integral, a Bem Corretora de Seguros S.A. (“Controlada”).

Na consolidação das demonstrações financeiras, os saldos e transações *intercompany* e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany* são eliminados. O saldo de investimentos em controladas existente no balanço da Companhia é eliminado juntamente com o saldo do patrimônio líquido da Controlada, considerando que a Companhia possui 100% de participação no capital social da Controlada.

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações financeiras imediatamente conversíveis, com prazo de vencimento inferior a 90 (noventa) dias e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

3.2 Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do período.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: saldos em conta corrente, saldos de aplicações financeiras e valores a receber de correspondentes (Nota Explicativa nº 6.a). Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo através do resultado e custo amortizado.

Os principais passivos financeiros correspondem às obrigações com fornecedores e passivos e encargos de arrendamento.



Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a sua classificação nas seguintes categorias: a valor justo por meio do resultado, e ativos e passivos mensurados ao custo amortizado.

Classificação

A Companhia classifica os seus ativos e passivos financeiros nas categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (b) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, tendo por base o modelo de negócios e as características de fluxos de caixa contratuais.

Valor justo por meio do resultado

Todos os ativos e passivos financeiros que não atendem aos critérios de classificação mensurados como custo amortizado são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, como receita ou despesa financeira, dependendo do resultado obtido.

Custo amortizado

São incluídos nesta categoria os passivos financeiros e ativos financeiros de dívida simples cujo objetivo é de recolher apenas fluxos de caixa contratuais. São atualizados pelo método de juros efetivos, reconhecendo as receitas ou despesas de juros no resultado, ao longo do período pertinente, com base na taxa de juros efetiva.

Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, considerando também se houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Companhia mensura a provisão para perdas em instrumentos financeiros ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas, se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

3.3 Provisão para perdas de crédito esperadas

As provisões para perdas de crédito esperadas são constituídas com base na análise periódica dos ativos financeiros, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização desses ativos (Nota Explicativa nº 16.1).

3.4 Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados de despesas, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, consequentemente, são registrados no ativo considerando o princípio contábil da competência.



Este grupo está composto principalmente por despesas antecipadas de benefícios de pessoal e licenças de uso de *software*.

3.5 Investimentos

A participação em sociedade controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. As práticas contábeis adotadas pela entidade controlada são uniformes às adotadas pela Companhia.

3.6 Imobilizado e intangível

Os móveis, utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado.

Os *softwares* de propriedade da Companhia estão demonstrados ao valor de custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzidos de amortização e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável. A amortização é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação e amortização são revisados no final de cada ano quando da elaboração do balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente (Nota Explicativa nº 8).

Um item do imobilizado ou do intangível passa a ser depreciado ou amortizado, respectivamente, a partir do momento em que este é colocado em uso, e é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado ou intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, bem como são reconhecidos no resultado do período.

3.7 Bens de direito de uso – CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Os ativos registrados como bens de direito de uso estão de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) e estão compostos basicamente pelo valor presente dos contratos de aluguéis que a Companhia mantém com terceiros, nos quais estão situados os escritórios administrativos e lojas que integram a rede comercial.

Esses valores afetam o resultado à medida que são depreciados, normalmente pelo prazo contratual. O período depreciável é o prazo de vigência de cada contrato ou no caso de contrato com prazo indeterminado, foi definido como prazo hábil 60 (sessenta) meses, de acordo com a experiência passada pela Administração.

3.8 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos e as variações monetárias até a data dos balanços, deduzidos das correspondentes provisões para perda ou para ajuste ao valor de mercado.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos (Nota Explicativa nº 10).

Tributos correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação.

A provisão para imposto de renda é calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social é calculada e contabilizada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ambos ajustados conforme normas fiscais estabelecidas para a empresa cuja apuração tem como base o Lucro Real.

Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes no final de cada período. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, se houver, serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis futuros, observando o limite de 30% do lucro real do período-base.

Imposto de renda e contribuição social - Controlada

O imposto de renda e a contribuição social da Controlada são apurados através do Lucro Presumido, sistemática regulamentada pelos art. 587 a 594 do regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 9.580/18). Os impostos com base no Lucro Presumido foram determinados por períodos de apuração trimestrais, calculados sobre a base de 32% da receita bruta, acrescida de outras receitas operacionais.

3.10 Contribuições ao PIS e à COFINS

A Companhia apura as contribuições para o PIS e a COFINS pelo regime não-cumulativo, aplicando sobre a receita bruta os percentuais de, respectivamente, 1,65% e 7,6%, e apurando créditos sobre custos e despesas diretamente relacionados à prestação de serviços. As alíquotas incidentes sobre as receitas financeiras são de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS.

As contribuições ao PIS e à COFINS da Controlada são calculadas pelo regime cumulativo às alíquotas de, respectivamente, 0,65% e 3%.

3.11 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais e contratuais

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25 que trata de provisões, ativos e passivos contingentes, uma provisão só deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tiver uma obrigação presente como resultado de eventos passados; (b) for provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) puder ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Os ativos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, porém, devem ser divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Os passivos contingentes são representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. Não existem ativos contingentes contabilizados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Contudo existem processos com decisões favoráveis à Companhia aguardando trânsito em julgado no montante de R\$ 1.715 em 2023 (R\$ 1.510 em 2022).



3.12 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) que dispõe sobre procedimentos aplicáveis a reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*Impairment*), a Companhia testa, no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de que seus ativos tangíveis sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

A Companhia não identificou indícios que indiquem a necessidade de contabilizar qualquer redução ao valor recuperável dos ativos.

3.13 Reconhecimento de receita

As receitas da Companhia são reconhecidas com base nas normas estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 47, à medida que a entidade satisfizer à obrigação de desempenho ao transferir o serviço contratado pelo cliente. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a prestação dos serviços. A Companhia avaliou as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

- i. Receitas de prestação de serviço - As receitas de prestação de serviço são reconhecidas pelo regime de competência com base no serviço prestado, e referem-se principalmente as comissões sobre originação de operações de crédito, serviços de gestão da produção, serviços de cobrança e agenciamento e corretagem de seguros.
- ii. Receitas de juros - Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira”, na demonstração do resultado.

3.14 Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados é composto por gastos diretamente relacionados aos serviços prestados pela companhia.

3.15 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2).

3.16 Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, conforme Pronunciamento Técnico CPC 41.



O cálculo do lucro diluído por ação é equivalente ao cálculo do lucro líquido básico por ação, por não existir nenhum efeito dilutivos potencial nas ações ou instrumentos de conversão.

3.17 Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

O Conselho de Administração supervisiona e acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, falhas que surgem principalmente dos valores a receber de correspondentes. Os principais ativos sujeitos a risco de crédito são as aplicações financeiras, contas a receber de clientes e valores a receber de correspondente.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Em relação ao *impairment*, a Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com



base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para risco de crédito considera o prazo de vencimento dos títulos de contas a receber de clientes.

4 Aplicações financeiras

Estão representadas por Certificados de Depósito Bancário – (CDB), remunerados às taxas de 100,5% a 106,0% do CDI, com vencimentos superiores a 90 (noventa) dias e com possibilidade de resgate imediato.

O quadro abaixo demonstra os recursos aplicados pela Companhia em instituições financeiras, classificando os montantes de acordo com a classificação nacional de risco da agência de *rating* *Fitch Ratings*:

Instituição	Agência	Classificação de Risco	Controladora		Consolidado	
			2023	2022	2023	2022
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	<i>Fitch Ratings</i>	AA+ (bra)	13.922	17.733	14.305	18.881
Banco Bradesco S.A.	<i>Fitch Ratings</i>	AAA (bra)	10.207	11.116	10.207	11.116
Banco XP S.A.	<i>Fitch Ratings</i>	AAA (bra)	21.845	11.528	21.845	11.528
Itaú S.A.	<i>Fitch Ratings</i>	AAA (bra)	539	5.044	1.306	5.044
			46.513	45.421	47.663	46.569

5 Impostos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IR/CSLL retidos na fonte	334	367	359	393
IR/CSLL a recuperar do exercício corrente	1.727	2.185	1.727	2.185
IR/CSLL a recuperar de exercícios anteriores	5.853	4.171	5.853	4.171
(-) Provisão para não realização de incentivos fiscais IR/CSLL	(7.142)	(6.356)	(7.142)	(6.356)
PIS e COFINS de créditos tributários	57	54	57	54
PIS e COFINS retidos na fonte	538	546	538	546
ISSQN retido na fonte	745	752	746	754
INSS a recuperar	-	-	1	1
Total	2.112	1.719	2.139	1.748

Em 2023 a Companhia recuperou os valores de IR/CSLL relativos ao incentivo fiscal gerado pela aplicação da Lei nº 11.196/05 (Lei do Bem), visto que obteve êxito na homologação de todos os projetos submetidos à análise do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) relativos ao exercício de 2019.



6 Valores a receber de correspondentes e valores a receber de procedimento arbitral

a. Valores a receber de correspondentes

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Valores a receber de correspondentes	26.101	18.647	26.101	18.647
(-) Provisão p/perda no recebimento de créditos	<u>(25.179)</u>	<u>(17.207)</u>	<u>(25.179)</u>	<u>(17.207)</u>
Total	<u>922</u>	<u>1.440</u>	<u>922</u>	<u>1.440</u>

Com base nos contratos de Prestação de Serviços de Correspondente no País Master firmados com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul”) e com o Banco Original S.A., a Companhia indenizou e sub-rogou-se de créditos que tais instituições tinham a receber com os correspondentes substabelecidos em decorrência de cancelamentos de contratos de crédito consignado, por solicitação do próprio cliente, por irregularidades na originação ou averbação das operações. A Companhia constituiu provisão para perda no recebimento destes créditos de acordo com as políticas internas aprovadas pela Administração, e considera que tais provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas no recebimento destes créditos.

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Movimentação das provisões para perda		
Saldo no início do exercício	17.207	10.126
Provisão / (reversão)	13.864	10.634
Baixas para prejuízo	(5.985)	(3.771)
Recuperação de prejuízo	<u>93</u>	<u>218</u>
Saldo no final do exercício	<u>25.179</u>	<u>17.207</u>

b. Valores a receber de procedimento arbitral

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contingências trabalhistas – Procedimento arbitral (Nota Explicativa nº 11 d)	6.565	8.716	6.565	8.716
Reembolsos – Procedimento arbitral	<u>1.737</u>	<u>2.463</u>	<u>1.737</u>	<u>2.463</u>
Total	<u>8.302</u>	<u>11.179</u>	<u>8.302</u>	<u>11.179</u>
Circulante	3.412	4.399	3.412	4.399
Não circulante	4.890	6.780	4.890	6.780



7 Investimento em controlada

A Bem Corretora de Seguros S.A. com sede em Porto Alegre/RS, atua como corretora de seguros referente aos ramos de pessoas, capitalização e previdência complementar aberta.

Bem Corretora de Seguros S.A.	% de participação	Saldo inicial	Resultado da equivalência	Dividendos distribuídos	Dividendos provisionados	Saldo final
Ano 2023	100%	1.166	258	(152)	(23)	1.249
Ano 2022	100%	1.656	160	(831)	181	1.166

8 Imobilizado e intangível

Imobilizado	Controladora			Total
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Equipamentos de informática e outros	
Valor contábil líquido em 01 de janeiro de 2022	2.973	1.033	3.629	7.635
Movimentações no exercício				
Aquisições	756	897	1.041	2.694
Alienações – Baixa Custo	(246)	(1.719)	(1.073)	(3.038)
Alienações – Baixa Depreciação	210	1.603	1.035	2.848
Depreciação	(313)	(221)	(1.585)	(2.119)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2022	407	560	(582)	385
Custo	5.152	3.294	9.612	18.058
Depreciação acumulada	(1.772)	(1.701)	(6.565)	(10.038)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2022	3.380	1.593	3.047	8.020
Movimentações no exercício				
Aquisições	412	122	617	1.151
Alienações – Baixa Custo	(238)	(217)	(204)	(659)
Alienações – Baixa Depreciação	155	149	190	494
Depreciação	(393)	(201)	(1.485)	(2.079)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2023	(64)	(147)	(882)	(1.093)
Custo	5.326	3.199	10.025	18.550
Depreciação acumulada	(2.010)	(1.753)	(7.860)	(11.623)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2023	3.316	1.446	2.165	6.927
Taxas anuais médias de depreciação	10%	7%	20%	



Imobilizado	Consolidado			
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Equipamentos de informática e outros	Total
Valor contábil líquido em 01 de janeiro de 2022	2.973	1.033	3.631	7.637
Movimentações no exercício				
Aquisições	756	897	1.041	2.694
Alienações – Baixa Custo	(246)	(1.719)	(1.073)	(3.038)
Alienações – Baixa Depreciação	210	1.603	1.035	2.848
Depreciação	(313)	(221)	(1.586)	(2.120)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2022	407	560	(583)	384
Custo	5.152	3.294	9.618	18.064
Depreciação acumulada	(1.772)	(1.701)	(6.570)	(10.043)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2022	3.380	1.593	3.048	8.021
Movimentações no exercício				
Aquisições	412	122	617	1.151
Alienações – Baixa Custo	(238)	(217)	(204)	(659)
Alienações – Baixa Depreciação	155	149	190	494
Depreciação	(393)	(201)	(1.486)	(2.080)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2023	(64)	(147)	(883)	(1.094)
Custo	5.326	3.199	10.031	18.556
Depreciação acumulada	(2.010)	(1.753)	(7.866)	(11.629)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2023	3.316	1.446	2.165	6.927
Taxas anuais médias de depreciação	10%	7%	20%	



	Controladora e Consolidado		
Intangível	Marcas	Softwares	Total
Valor contábil líquido em 01 de janeiro de 2022	26	9.490	9.516
Movimentações no exercício			
Aquisições	-	8.082	8.082
Alienações – Baixa Custo	-	(292)	(292)
Alienações – Baixa Amortização	-	284	284
Amortização	-	(5.735)	(5.735)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2022	-	2.339	2.339
Custo	26	24.683	24.709
Amortização acumulada	-	(12.854)	(12.854)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2022	26	11.829	11.855
Movimentações no exercício			
Aquisições	-	6.588	6.588
Alienações – Baixa Custo	-	-	-
Alienações – Baixa Depreciação	-	-	-
Amortização	-	(5.483)	(5.483)
Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2023	-	1.105	1.105
Custo	26	31.271	31.297
Amortização acumulada	-	(18.337)	(18.337)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2023	26	12.934	12.960
Taxas anuais médias de amortização	0%	33%	

9 Obrigações fiscais e previdenciárias a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda	-	-	6	8
Contribuição social	-	-	6	6
Encargos sociais	1.442	1.437	1.452	1.450
PIS/COFINS	1.464	1.491	1.465	1.493
ISSQN	772	779	773	781
Outros tributos	597	590	599	594
Total	4.275	4.297	4.301	4.332



10 Imposto de renda e contribuição social

10.1 Composição do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Provisão para perdas de crédito esperadas	25.179	17.207
Provisão para despesas gerais e administrativas	8.824	7.716
Provisão para indenizações contratuais	12.217	12.793
Provisão para ações trabalhistas, cíveis e fiscais	6.085	4.852
Base de cálculo das provisões temporariamente não dedutíveis	52.305	42.568
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social sobre provisões temporárias	17.784	14.473
Outras provisões indedutíveis apenas para a CSLL	1.938	1.668
Base de cálculo das provisões temporariamente não dedutíveis para a CSLL	1.938	1.668
Alíquota da contribuição social	9%	9%
Contribuição social sobre provisões temporárias	174	150
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	17.958	14.623

10.2 Estimativa de realização do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Exercício de 2023	-	5.234
Exercício de 2024	5.140	2.487
Exercício de 2025	3.293	4.209
Exercício de 2026	4.049	2.354
Exercício de 2027	3.361	339
Exercício de 2028	2.115	-
Total	17.958	14.623

O ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias será realizado de acordo com a efetivação da despesa provisionada, momento em que a despesa será considerada dedutível para o cálculo do imposto de renda e o ativo fiscal diferido será baixado contra o resultado do período, ou com a reversão das provisões constituídas e não realizadas, tais como as provisões para perdas de crédito esperadas e provisões para passivos contingentes.



10.3 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	Controladora	
	2023	2022
Resultado antes da tributação	50.521	44.589
Alíquota fiscal	34%	34%
Despesas de tributos à alíquota nominal	(17.177)	(15.160)
Tributos sobre adições e exclusões permanentes:		
Despesas indedutíveis permanentes	(1.140)	(1.962)
Despesas indedutíveis de IR, dedutíveis de CSLL	(416)	(341)
Resultado de participações societárias	88	54
Incentivo da Lei do Bem	1.289	2.803
Incentivo da Lei do Bem - Ajuste retroativo ref. 2021	-	(107)
Incentivos fiscais (PAT)	354	328
Patrocínios e doações	692	333
Imposto de renda calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	24	24
Total do IR e CSLL no resultado	(16.286)	(14.028)
Corrente	(19.621)	(17.842)
Diferido	3.335	3.814

	Controlada	
	2023	2022
Receita Bruta	811	655
Base de cálculo presumida - 32%	260	210
Demais receitas	149	164
Base de cálculo de IR e CSLL	409	374
Contribuição social - 9%	(37)	(34)
Imposto de renda - 15%	(61)	(56)
Adicional de imposto de renda - 10%	(17)	(13)
Total do IR e da CSLL no resultado	(115)	(103)
Corrente	(115)	(103)

	Consolidado	
	2023	2022
Total do IR e CSLL no resultado	(16.401)	(14.131)
Corrente	(19.736)	(17.945)
Diferido	3.335	3.814



11 Provisão para contingências

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa. A Companhia provisiona o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável e a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

Consolidado 2023	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total	Trabalhistas
					Processo Arbitral
Saldo em 01 de janeiro de 2023	4.754	98	1.413	6.266	8.716
Constituição e Atualização Monetária	3.328	24	-	3.352	1.714
Reversão da Provisão	(806)	-	(836)	(1.642)	(1.644)
Baixas por Pagamento	(1.313)	-	-	(1.313)	(2.221)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.963	122	577	6.662	6.565
Circulante	2.040	-	577	2.617	3.412
Não circulante	3.923	122	-	4.045	3.153
Depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2023 - Risco Provável	3.874				
Depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2023 - Risco Possível e Remoto	559				
Consolidado 2022	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total	Trabalhistas
					Processo Arbitral
Saldo em 01 de janeiro de 2022	5.424	89	-	5.513	10.249
Constituição e Atualização Monetária	2.462	22	1.413	3.897	2.407
Reversão da Provisão	(788)	(13)	-	(801)	(1.235)
Baixas por Pagamento	(2.344)	-	-	(2.344)	(2.705)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.754	98	1.413	6.265	8.716
Circulante	1.425	-	1.413	2.838	4.399
Não circulante	3.329	98	-	3.427	4.317
Depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2022 - Risco Provável	4.485				
Depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2022 - Risco Possível e Remoto	606				

- (a) **Cíveis:** referem-se a processos decorrentes de ações declaratórias de nulidade contratual e, em alguns casos, cumulada com indenização por danos morais e repetição do indébito com pedido de antecipação de tutela. Com base na opinião dos assessores jurídicos, os quais avaliaram a possibilidade de perda desses processos como provável, a Administração constituiu provisão para fazer face às perdas estimadas nesses processos no montante de R\$ 122 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 98 em 31 de dezembro 2022). Existem ainda contingências cíveis com possibilidade de perdas avaliadas como possíveis, no montante de R\$ 3.390 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 2.536 em 31 de dezembro de 2022), para as quais de acordo com as práticas contábeis não foram registradas provisões para contingências.



- (b) **Trabalhistas:** referem-se a processos movidos por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem ser devidos no montante de R\$ 12.528 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 13.470 em 31 de dezembro de 2022). Para fazer frente a tais processos a Companhia realizou depósitos judiciais que, em 31 de dezembro de 2023, somam R\$ 3.874 (R\$ 4.485 em 31 de dezembro de 2022). Com base na opinião dos assessores jurídicos, os quais avaliaram a possibilidade de perda nesses processos como prováveis, a Administração constituiu provisão para perda destes, conforme apresentada no Balanço Patrimonial.

Deste montante, a Companhia registrou um contas a receber de R\$ 6.565 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 8.716 em 31 de dezembro de 2022), na rubrica de “Valores a receber decorrentes de processo arbitral” (Nota Explicativa nº 6 b), tendo como base a sentença proferida no processo arbitral (Nota Explicativa nº 11 d).

Existem ainda contingências trabalhistas com possibilidade de perdas avaliadas como possíveis, no montante de R\$ 14.694 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 14.267 em 31 de dezembro de 2022). Esse montante está pulverizado em reclamantes solicitando a equiparação de condição de bancário e benefícios oriundos desse vínculo. A Administração não constituiu provisão para perda destes processos.

Destacamos que as premissas utilizadas para segregar curto e longo prazo, tanto dos processos trabalhistas, quanto dos depósitos judiciais foram as seguintes:

- Curto prazo: foram considerados processos em fase de liquidação, execução ou execução provisória;
- Longo prazo: foram considerados processos em fase recursal, que aguardam julgamento na 2ª instância ou em Tribunais Superiores.

- (c) **Fiscais:** a Companhia entrou com recursos administrativos junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, referentes aos Autos de Infração expedidos em 2016, contestando o prazo de recolhimento do ISS das lojas localizadas no Município no período de 2011 até 2016. Em dezembro de 2022, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda do recurso como provável. A provisão constituída para fazer frente a esta perda foi de R\$ 836 em 31 de dezembro de 2022. No primeiro semestre de 2023 a Companhia liquidou a dívida junto à Prefeitura do Rio de Janeiro pelo montante de R\$ 918.

A Companhia constituiu provisão para não realização de incentivos fiscais relacionados à aplicação da Lei do Bem (Lei nº 11.196/05) no exercício de 2022. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo da provisão é de R\$ 577, e deve ser revertida no período em que os projetos que formaram base para o benefício sejam homologados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Adicionalmente, a Companhia é parte em ação judicial de natureza fiscal movida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil através de Auto de Infração, que constituiu um crédito tributário de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS referente ao exercício de 2009, no montante de R\$ 8.355 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 8.355 em 31 de dezembro de 2022), já considerando a multa de ofício de 75%. Entretanto, a Administração não constituiu provisão para perda desta ação judicial tendo em vista a classificação de risco definida pelos assessores jurídicos, os quais avaliaram a possibilidade de perda desse processo como possível, bem como a sentença do processo arbitral (Nota Explicativa nº 11 d).



- (d) **Procedimento arbitral:** Em 05 de agosto de 2019 foi proferida sentença do procedimento arbitral movido em maio de 2017 pela Companhia, tendo como contraparte o Banco Original S.A., com fundamento no Contrato de Compra e Venda das Ações da Companhia firmado em 13 de março de 2012. O procedimento arbitral tinha por objetivo, entre outros que foram julgados improcedentes pela Câmara Arbitral, a interpretação da cláusula de responsabilidade do Banco Original S.A. frente aos prejuízos oriundos de ações trabalhistas, cuja origem das ações tenham como fundamento fatos ocorridos em data anterior a 13 de março de 2012, data da compra e venda das ações da Companhia para os atuais Acionistas (Nota Explicativa nº 11 b), e medidas acautelatórias em decorrência de cobrança pela Secretaria da Receita Federal de créditos tributários relativos ao período anterior a celebração do contrato de compra e venda (Nota Explicativa nº 11 c).

Referente as medidas acautelatórias relativas ao crédito tributário, a Companhia obteve sentença procedente no procedimento arbitral. Para suportar o risco tributário, o Banco Original S.A. forneceu Carta Fiança, à Justiça Federal do Distrito Federal no processo 1014299-86.2017.4.01.3400 no montante de R\$ 8.151.

Para suportar os riscos trabalhistas, o Banco Original S.A. apresentou garantia no valor de R\$ 11.102, atreladas à títulos públicos.

12 Patrimônio líquido

12.1 Capital social e composição acionária

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 26.097, e está representado por 2.246.119 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	<u>2023 e 2022</u>	
	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Participação</u>
Acionistas		
AMCM Participações Ltda.	792.215	35,2704%
RSR Participações Societárias Ltda.	333.091	14,8296%
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	<u>1.120.813</u>	<u>49,9000%</u>
Total	<u><u>2.246.119</u></u>	<u><u>100,0000%</u></u>

12.2 Reservas

(a) **Reserva legal:**

A Lei nº 6.404/76 e o Estatuto Social da Companhia preveem que, do lucro líquido do exercício, deverá ser destinado o montante de 5% para a conta de reserva legal, limitando o saldo desta conta a 20% do capital social.

Em 2023 a Companhia não destinou valores para constituição da reserva legal, visto que o saldo da reserva já atingiu o limite de 20% do capital social. Em 2022, o valor destinado para constituição da reserva legal foi de R\$ 125.



(b) Reserva para investimentos:

Por deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 10 de março de 2022, foi destinado para reservas de lucros para investimentos no montante de R\$ 6.168 referente ao saldo remanescente do exercício de 2021.

Por deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 11 de abril de 2023, foi destinado para reservas de lucros para investimentos no montante de R\$ 1.235 referente ao saldo remanescente de lucros do exercício de 2022.

(c) Reserva para contingências:

Com base no estatuto social, na Assembleia Geral Ordinária de 11 de abril de 2023 os Acionistas deliberaram por destinar parte dos lucros à disposição da assembleia para a constituição de reserva para contingências. A reserva constituída no montante de R\$ 4.852 tem como base o valor das contingências cíveis e trabalhistas provisionadas no balanço de 31 de dezembro de 2022, cujo risco de perda das ações foi classificado pela assessoria jurídica como “provável”.

A proposta de destinação deste montante para a respectiva reserva teve como justificativa as incertezas no cenário econômico nacional e seus possíveis impactos na geração de caixa para a Companhia no decorrer do exercício de 2023, podendo ser revertida por decisão dos Acionistas, mediante proposta da Administração, quando as perdas estimadas forem realizadas ou revertidas, ou que o saldo de caixa dentro das políticas internas da Administração permita sua destinação para outra finalidade.

(d) Destinação do resultado e lucros acumulados:

Do resultado remanescente do exercício de 2021, no valor de R\$ 12.336, foi destinado para Reserva de Investimentos o montante de R\$ 6.168 e o restante, no valor de R\$ 6.168, distribuído a título de Dividendos, conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 10 de março de 2022.

Por deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 11 de abril de 2023, foi destinado para Reserva de Investimentos o montante de R\$ 1.235, para Reserva para Contingências o montante de R\$ 4.852 e o restante, no valor de R\$ 15.759, distribuído a título de Dividendos, referente ao saldo remanescente do resultado apurado no exercício de 2022.

Do resultado do exercício de 2023, não foram provisionados dividendos a pagar, pois o valor distribuído a título de dividendos intermediários em 06 de novembro de 2023 no montante de R\$ 14.029, conforme aprovação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 09 de outubro de 2023, já havia sido superior ao percentual de 25% relativos aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social.

O resultado remanescente do exercício de 2023 no valor de R\$ 20.205 permanece disponível para deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

12.3 Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê que às ações do capital social é assegurada a distribuição de dividendos mínimos, anualmente, de 25% do lucro ajustado na forma do artigo 202 da Lei



nº 6.404/76, permitindo a imputação a eles dos juros pagos ou creditados a título de remuneração do capital próprio. Cada ação dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

No ano de 2023 a Companhia distribuiu aos acionistas a título de dividendos o montante de R\$ 29.788 (R\$ 14.758 em 2022), conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Destinação do resultado do exercício anterior	15.759	6.168
Dividendos intermediários semestrais	14.029	8.590
Total	29.788	14.758

13 Receita operacional líquida

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Serviço de gestão da produção	172.935	168.555	172.935	168.555
Comissão de intermediação	7.898	7.241	7.898	7.241
Serviços de biometria Bemsign	1.219	-	1.219	-
Agenciamento e corretagem de seguros e capitalização	139	88	950	743
Serviços de cobrança	28	949	28	949
Deduções da receita bruta				
PIS sobre faturamento	(3.007)	(2.918)	(3.012)	(2.922)
COFINS sobre faturamento	(13.849)	(13.439)	(13.873)	(13.459)
ISSQN	(9.086)	(8.821)	(9.110)	(8.841)
Total receita líquida	156.277	151.655	157.035	152.266

14 Despesas por natureza

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo dos serviços prestados	(38.290)	(38.194)	(38.299)	(38.220)
Despesas gerais e administrativas	(55.834)	(51.181)	(56.357)	(51.667)
Impairment de ativos financeiros	(7.972)	(7.080)	(7.972)	(7.080)
Outras receitas e despesas operacionais	(10.785)	(16.060)	(10.785)	(16.060)
Total	(112.881)	(112.515)	(113.413)	(113.027)
Despesas de pessoal	(54.148)	(53.177)	(54.514)	(53.528)
Serviços de terceiros	(4.792)	(6.964)	(4.801)	(6.975)
TI e telecomunicações	(14.277)	(10.214)	(14.277)	(10.214)
Estrutura e consumo	(1.230)	(1.401)	(1.230)	(1.401)
Serviços e despesas de apoio	(2.714)	(2.260)	(2.719)	(2.264)
Conservação e manutenção	(1.576)	(1.287)	(1.576)	(1.287)
Despesas de marketing	(4.131)	(3.123)	(4.142)	(3.123)
Outras despesas administrativas	(2.387)	(1.619)	(2.387)	(1.619)
Depreciação e amortização	(7.521)	(7.820)	(7.522)	(7.820)
Depreciação direito de uso	(1.757)	(1.871)	(1.757)	(1.871)
Perdas na alienação e baixa de ativos imobilizados	(113)	(198)	(113)	(198)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(7.972)	(7.080)	(7.972)	(7.080)
Prejuízo com indenizações contratuais	(6.300)	(9.256)	(6.300)	(9.256)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(1.233)	(175)	(1.233)	(175)
Reversão/(Provisão) para indenizações contratuais	576	(2.779)	576	(2.779)
Prejuízos de valores a receber de correspondentes	(5.892)	(3.553)	(5.892)	(3.553)
Ressarcimento de despesas- Processo arbitral	2.281	3.166	2.281	3.166
Ganhos na baixa de arrendamento - IFRS 16	24	21	24	21
Provisão para não realização de benefício fiscal	(786)	(3.071)	(786)	(3.071)



Outras receitas e despesas	1.067	146	927	-
Total	(112.881)	(112.515)	(113.413)	(113.027)

15 Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia mantém seu foco na prestação de serviços voltados à intermediação e gestão de carteira de empréstimos consignados, o que, em 31 de dezembro de 2023, corresponde a 99,24% das receitas da Companhia (98,80% da receita consolidada). Atualmente, esses serviços são prestados exclusivamente ao parceiro comercial e Acionista Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Barrisul").

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como valores registrados no resultado do exercício originados nas operações com partes relacionadas, decorrem dessas operações que são realizadas conforme condições contratuais definidas entre as partes. Essas condições, em determinadas operações, podem não ser comparáveis caso realizadas com terceiros.

Os saldos e os resultados decorrentes de transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, e estão sumariadas a seguir:

15.1 Saldos e transações com empresas ligadas

Controladora

	Ativos e Passivos					Resultado				
	Caixa e equiva- lentes de caixa	Aplicações financeiras	Comissõ es e serviços a receber	Dividend os a receber (pagar)	Outras contas a receber (pagar)	Receitas/ Despesas financ.	Receitas de prestação de serviços	Prejuízo com inde- niz. contra- tuais	Ressarci- mento de despesas	Benefícios de curto prazo
2023										
Pessoas jurídicas										
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	1.683	13.922	23	-	(12.228)	1.910	182.080	(6.300)	(135)	-
Bem Corretora de Seguros S.A.	-	-	-	61	5	-	-	-	-	-
Pessoas físicas										
Pessoal-chave da administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.790)
Total	1.683	13.922	23	61	(12.223)	1.910	182.080	(6.300)	(135)	(6.790)
2022										
Pessoas jurídicas										
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	477	17.733	8	-	(12.804)	1.572	176.744	(9.256)	(138)	-
Bem Corretora de Seguros S.A.	-	-	-	38	46	-	-	-	145	-
Pessoas físicas										
Pessoal-chave da administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.393)
Total	477	17.733	8	38	(12.758)	1.572	176.744	(9.256)	7	(6.393)



Consolidado

	Ativos e Passivos				Resultado				
	Caixa e equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	Comissões e serviços a receber	Outras contas a receber (pagar)	Receita/Despesa Financ.	Receitas de prestação de serviços	Prejuízo com indeniz. contratuais	Ressarcimento de despesas	Benefícios de curto prazo
2023									
Pessoas jurídicas									
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	1.768	14.305	23	(12.228)	1.976	182.080	(6.300)	(135)	-
Pessoas físicas									
Pessoal-chave da administração	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.828)
Total	1.768	14.305	23	(12.228)	1.976	182.080	(6.300)	(135)	(6.828)
2022									
Pessoas jurídicas									
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	540	18.881	8	(12.804)	1.735	176.744	(9.256)	(138)	-
Pessoas físicas									
Pessoal-chave da administração	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.428)
Total	540	18.881	8	(12.804)	1.735	176.744	(9.256)	(138)	(6.428)

15.2 Provisão para indenizações contratuais

O contrato particular de Prestação de Serviços de Correspondente - Master firmado com o Banrisul, prevê a responsabilidade da Companhia indenizar o Banco pelo não recebimento de operações de crédito, originadas com base em documentação falsificada e/ou que apresentem irregularidades na averbação dos contratos. A provisão constituída para este fim, em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 12.217 (R\$ 12.793 em 31 de dezembro de 2022).

Provisão para indenizações contratuais	Saldo no início do exercício	(+) Adições / Reversões	(-) Pagamentos	Saldo no final do exercício
Ano 2023	12.793	6.322	(6.898)	12.217
Ano 2022	10.014	12.848	(10.069)	12.793

15.3 Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, em Assembleia Geral, é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores conforme determina o Estatuto Social da Companhia. Em 2023 e 2022, foram pagos os seguintes valores:



	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Membros da Administração – remuneração	5.472	5.124	5.504	5.153
Conselho Fiscal - remuneração	254	252	254	252
Contribuição Previdenciária	1.064	1.017	1.070	1.023
Total	6.790	6.393	6.828	6.428

16 Instrumentos financeiros

16.1 Risco de crédito

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas era:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	2.551	939	2.698	1.023
Aplicações financeiras	46.513	45.421	47.663	46.569
Valores a receber de correspondentes (Nota Explicativa nº 6 a)	26.101	18.647	26.101	18.647
Contas a receber	5	12	21	53
Total	75.170	65.019	76.483	66.292

Os riscos de crédito são gerenciados pela Administração, estando a avaliação destes riscos sujeita a procedimentos, controles e políticas estabelecidos pela Companhia em relação a esses riscos. A Companhia possui em 31 de dezembro de 2023 uma provisão estimada para perda de crédito esperadas no montante de R\$ 25.179 (R\$ 17.207 em 31 de dezembro de 2022), referente aos valores a receber de correspondentes.

16.2 Risco de liquidez

A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Na estimativa de 12 (doze) meses, espera-se que a Companhia tenha recursos suficientes para fazer as liquidações.

Controladora						
2023	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual (*)	12 meses	entre 12 e 24 meses	entre 24 e 36 meses	acima de 36 meses
Passivos financeiros não derivativos						
Obrigações com fornecedores	4.270	4.270	4.270	-	-	-
Provisão para indenizações contratuais	12.217	12.217	12.217	-	-	-
Passivo de arrendamento curto e longo prazo	1.673	1.798	1.129	506	152	11
Total	18.160	18.285	17.616	506	152	11



Consolidado

2023	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual (*)	12 meses	entre 12 e 24 meses	entre 24 e 36 meses	acima de 36 meses
Passivos financeiros não derivativos						
Obrigações com fornecedores	4.273	4.273	4.273	-	-	-
Provisão para indenizações contratuais	12.217	12.217	12.217	-	-	-
Passivo de arrendamento curto e longo prazo	1.673	1.798	1.129	506	152	11
Total	18.163	18.288	17.619	506	152	11

(*)Total dos fluxos de caixa futuros considerando os juros futuros, quando aplicável.

16.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Ao final do período do relatório, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros como reportado à Companhia era:

Ativos financeiros	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	2.551	939	2.698	1.023
Aplicações financeiras	46.513	45.421	47.663	46.569
Total de ativos financeiros	49.064	46.360	50.361	47.592

16.4 Análise de sensibilidade dos instrumentos de taxa variável

Uma alteração de 25 pontos base na taxa de juros CDI, na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o lucro do exercício sobre o saldo de juros não liquidado de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes:

	Lucro do exercício		Patrimônio líquido	
	25 pb aumento	25 pb diminuição	25 pb aumento	25 pb diminuição
Aplicações financeiras	1.554	(1.554)	1.554	(1.554)
Resultado líquido	1.554	(1.554)	1.554	(1.554)

Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é considerado equivalente ao valor contábil.



17 Gerenciamento de Riscos Operacionais

Com o suporte de consultoria externa especializada, a Companhia revisa periodicamente o mapeamento dos riscos operacionais atribuídos aos seus principais processos. Neste mapeamento, são identificados pontos de controle já existentes e outros pontos de controle a serem implementados, que colaboram com a mitigação dos riscos relacionados a cada processo. Para acompanhar a implementação e a manutenção destes pontos de controle, a Companhia estruturou uma área de controles internos e um comitê de *compliance* que se reúne periodicamente, reportando os resultados deste trabalho à Diretoria e ao Conselho Fiscal.



Conselho de Administração

ARTUR JOSÉ DE LEMOS JÚNIOR
Presidente

RICARDO RUSSOWSKY
CLÁUDIO MATONE
DANIEL MATONE
PRICILLA MARIA SANTANA
Conselheiros

Diretoria

GUSTAVO FIUZA LIMA DE SOUZA
Diretor Presidente

BRUNO FRONZA
Diretor Administrativo e Financeiro

RICARDO PADOIN NENÊ
Diretor de Tecnologia

Contador

RONALDO MACIEL DE ÁVILA JUNIOR
CRC/RS 074.550/O-2



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. (“Bem Promotora”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Bem Promotora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras, que descreve as características, volumes e condições em que as operações foram firmadas entre a Bem Promotora e suas partes relacionadas. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Bem Promotora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Bem Promotora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Bem Promotora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Bem Promotora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Bem Promotora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Bem Promotora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 1 de março de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS


Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4